



HAL
open science

Riscos coletivos: Um olhar psicossocial

Andréa Bousfield, Raquel Bertoldo

► **To cite this version:**

Andréa Bousfield, Raquel Bertoldo. Riscos coletivos: Um olhar psicossocial. Representações sociais do envelhecimento e da saúde, 2017. hal-01900514

HAL Id: hal-01900514

<https://hal.science/hal-01900514>

Submitted on 22 Oct 2018

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Bousfield, A. B. S. & Bertoldo, R. (2017). Riscos coletivos: Um olhar psicossocial. Em: Silva, A. O. & Camargo, B. V. (Orgs.). *Representações sociais do envelhecimento e da saúde* (pp.367-388). Natal: EDUFRN.

CAPÍTULO 15

RISCOS COLETIVOS: UM OLHAR PSICOSSOCIAL

Andréa Barbará S. Bousfield¹
Raquel Bertoldo²

Todos os dias, nos mais variados veículos de comunicação, jornais, revistas e *internet* veiculam informações sobre sismos, alagamentos, secas ou deslizamentos de terras, que demonstram o quanto os indivíduos estão vulneráveis a esses perigos. No entanto, eles não estão somente vulneráveis aos riscos naturais e tecnológicos, uma vez que os indivíduos estão igualmente expostos a riscos sociais específicos, podendo-se ressaltar o terrorismo, as novas doenças ou modos de contágio, os riscos sociais associados ao desemprego ou à recessão econômica, assim por diante. Segundo Beck (1992), a sociedade globalizada de risco encara riscos jamais vistos na história da humanidade, os quais transcendem o tempo (afetam gerações futuras), o espaço (afetam pessoas em diferentes países) e as categorias sociais (pessoas de diferentes tipos).

O objetivo deste trabalho é contribuir para uma revisão sobre como as questões de riscos sociais têm sido analisadas nos últimos anos. Mais especificamente, pretende-se situar as contribuições específicas à teoria das representações sociais (TRS) para a compreensão de como os indivíduos, os grupos e os atores sociais constroem seu conhecimento sobre os riscos coletivos. Além disso, propõem-se reflexões que conduzam a alternativas teóricas e metodológicas que possam contribuir para a prevenção e atenuação dos riscos sociais.

A fim de sistematizar teoricamente esta proposta, inicialmente o conceito de risco será elaborado, antes de apresentarmos as duas abordagens que guiarão a discussão deste capítulo: uma mais individualista (psicométrica) e a outra mais orientada para a construção social do risco (SARF e TRS).

Risco: conceitos e abordagens

Ao longo dos séculos, a caracterização do risco tem sofrido profundas mudanças no seu significado, tornando-se comum sua aplicação em inúmeras situações. A noção de risco surge, segundo Douglas (1992), no século XVII, no contexto dos jogos de azar. É incorporada no seguro marítimo, no século XVIII, e na economia, no século XIX. Contudo, esse conceito teve raízes na antiguidade (latim *risicum*), associado à interferência de fenômenos naturais extremos na vida das pessoas. Essas

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

² Université Aix-Marseille, France.

catástrofes, vistas como uma ameaça à existência humana, eram inicialmente explicadas com base em mitos e lendas.

Na concepção positivista moderna, o risco é considerado como a probabilidade de um evento adverso ocorrer (por exemplo: danos, doenças, mortes) multiplicado pelas possíveis consequências desse evento (por exemplo: número de danos ou mortes, tipos e severidade das doenças). Nesse contexto, os construtivistas o definem como nada mais que as percepções modeladas pelos filtros da cultura e da estrutura social. A diferença dessas concepções está pautada, sobretudo, no *estatuto* dado à realidade, que, para os positivistas, é suficiente para definir o risco e, o que remete um papel menor para os construtivistas, que valorizam mais o simbolismo das trocas humanas (ROSA, 2003).

Consideramos, portanto, que os riscos (ou ameaças) não são essencialmente dados absolutos, mas sim um modelo que parte de uma seleção de variáveis que fazem parte do processo de construção social.

Risco e Perigo

Situações de perigo são definidas por Leplat (2006) como situações ou eventos que podem levar a consequências negativas às pessoas ou ao seu ambiente; o risco, por sua vez, corresponde à possibilidade de um perigo se concretizar. Ao discutir o estatuto ontológico do risco e do nosso conhecimento sobre ele, Rosa (2003) propõe que a realidade que pode ser atribuída ao risco (ou ao perigo) seja desconectada da possibilidade que ele venha a ser *conhecido*, ou do seu estatuto epistemológico. Assim, enquanto o perigo existe, independentemente de ser conhecido ou não, o risco somente existe a partir do momento em que se conhece o perigo. Um bom exemplo acerca desse tipo de situação de incerteza epistemológica nos é fornecido pelo ex-Secretário da Defesa norte-americana Donald Rumsfeld, numa análise sobre os tipos de conhecimentos diante dos quais se pode agir em termos de estratégia de defesa: “*There are known knowns. There are known unknowns. There are unknown unknowns. But there are also unknown knowns. That is to say, things you think you know that it turns out you did not*”³ (RUMSFELD apud MORRIS, 2013, p. XX). Esse exemplo mostra a que ponto um perigo que ontologicamente existe pode não existir para nós, uma vez que não é por nós conhecido.

Risco e Conhecimento

Ao tratarmos do risco enquanto categoria verificável e identificada numa realidade determinada, surge a questão do conhecimento público acerca dessa realidade, que é associado, por exemplo, às políticas de divulgação científica junto ao público leigo. Essas ideias, mais ou menos científicas, podem ser hierarquizadas em função da sua correspondência com o “mundo real”. Essas noções partilhadas sobre os riscos podem ser traduzidas: 1) pelo nível de formalização científica da

³Há conhecimentos que são conhecidos. Há desconhecimentos que são também conhecidos. Há desconhecimentos que são, entretanto, desconhecidos. Mas há também conhecimentos que são desconhecidos. Ou seja, aqueles conhecimentos que você acha que conhece, mas na verdade desconhece (Tradução das autoras).

informação ou 2) pelo conhecimento tácito dos cidadãos acumulado com o decorrer do tempo pelos grupos sociais sobre seus universos reais e projetados.

Peretti-Wattel (2001) destaca que o modo de representação dos eventos fundados sobre o cálculo probabilístico (científico) oferece um ponto de vista entre outros (profanos). O cálculo probabilístico não proporcionaria uma visão ampla sobre a temática, mas sim uma visão positivista que compreende a realidade em termos de “causa e efeito”, excluindo variáveis inerentes às realidades humanas da análise dos riscos, como se as práticas sociais pudessem ser estudadas a partir de paradigmas científicos próprios às ciências exatas e biológicas. Como sublinham Moser e Weiss (2003, p. 339), apenas “conhecer os riscos não é suficiente para que a sociedade exposta desenvolva um sistema de prevenção adaptado à ameaça”.

A complexidade das realidades associadas aos riscos sociais e os seus desdobramentos na sociedade moderna são temas relevantes para a análise no âmbito das políticas de prevenção. Nesse tipo de análise, a psicologia social se apresenta como um campo disciplinar especialmente frutífero para abordar esse fenômeno que integra os níveis individual e social de análise (DOISE, 1982). Se, por um lado, a percepção de riscos se refere a potenciais ameaças para o indivíduo, por outro, as representações em que o significado dessas ameaças é construído e difundido são fundamentais para a construção coletiva desses riscos. A seguir, serão descritas duas abordagens para a questão do risco: uma que compreende a percepção de risco enquanto fenômeno individual (psicométrica) e outra que a compreende enquanto fenômeno psicossocial (SARF e TRS).

Percepção do risco: a abordagem psicométrica

No princípio da pesquisa sobre os riscos, durante muitos anos o paradigma dominante na pesquisa sobre a percepção do risco foi a abordagem psicométrica desenvolvida por Fischhoff et al. (1978). Essa abordagem tenta explicar a aversão ou aceitação irracional de certos riscos (CHAUVIN; HERMAND, 2006) ao associar certas características dos riscos à percepção individual de risco ao nível individual.

Segundo Slovic (2006), o conceito de risco é verificável no campo da segurança, da saúde e do ambiente e envolve julgamentos de valor que refletem muito mais do que a simples articulação entre probabilidade e consequências de um determinado acontecimento. Nesse sentido, o autor critica a visão tradicional sobre a noção de risco como avaliação cognitiva/matemática da probabilidade e gravidade das consequências de um evento. Reconhece, portanto, o valor de concepções “profanas” de risco, mais complexas do que as previsões que são apenas matematicamente fundamentadas (SLOVIC, 1987).

Em pesquisa realizada na França a partir do paradigma psicométrico, Hermand et al. (2003) observaram que os riscos considerados como os mais graves são aqueles ligados ao uso e abuso de substâncias, à violência e à guerra e à atividade industrial. Por outro lado, os riscos considerados como os mais inofensivos são aqueles ligados às atividades praticadas livremente (por exemplo: corridas, bicicleta), aos cuidados médicos bem aceitos (por exemplo: aspirina, homeopatia) e às tecnologias simples de uso diário (por exemplo: aspirador de pó, comida embalada em plástico). No entanto, quando as percepções de riscos pelos participantes são comparadas com as estatísticas oficiais, grandes diferenças são observadas. Por exemplo, o tabagismo é mais mortífero do que os centros nucleares, mesmo se esses dois riscos obtenham quase a mesma pontuação em termos de percepção de risco.

Percepção do risco: a abordagem da Amplificação Social do Risco (SARF)

A percepção de risco não pode ser compreendida sem analisar como é que esses riscos são socialmente construídos pelas diversas instâncias sociais (por exemplo: agências de notícias, agências do governo, associações, assim por diante). O conceito de amplificação social do risco foi proposto como parte da abordagem da “Amplificação Social do Risco” ou SARF (Social Amplification of Risk Framework). Essa abordagem vem desde os anos 1980 estudando a complexa relação entre a ocorrência de um evento de risco, os seus desdobramentos em termos de cobertura midiática, a resposta das autoridades e a percepção individual do risco (KASPERSON, R. et al., 1988; KASPERSON, X et al., 2003). Tendo acumulado uma série de aplicações empíricas, a abordagem SARF é considerada o quadro teórico mais integrativo e abrangente na área de estudos de risco (ROSA, 2003).

A SARF foi inicialmente proposta para tentar compreender por que razão alguns riscos considerados por especialistas como menores desencadeavam respostas públicas importantes; por outro lado, por que é que outros riscos considerados maiores continuaram durante muito tempo a ser desprezados – apesar de serem conhecidos (KASPERSON, R. et al., 1988). Por esse motivo, uma abordagem que seja capaz de integrar uma análise técnica do risco à resposta social em termos culturais e individuais é de central importância.

Essa abordagem propõe que a ocorrência de riscos provavelmente terá impactos irrelevantes ou apenas localizados se as pessoas não os observarem e comunicarem a outras pessoas (LUHMANN, 1979). Partindo da ocorrência de um evento de risco que é diretamente observado por um indivíduo (fonte), a amplificação é compreendida por essa abordagem como o processo de intensificação ou atenuação dos sinais de risco presentes na ocorrência inicial durante a transmissão da informação aos transmissores intermédios (estações de amplificação), até um receptor final (DEFLEUR, 1966; KASPERSON et al., 1988).

No entanto, Kasperonet et al. (1988) lembram que a metáfora da amplificação, emprestada da teoria da comunicação, é bastante mais simplista do que o fenómeno observado nas sociedades modernas: “messages have a meaning for the receiver only within a sociocultural context”⁴ (KASPERSON, R. et al., 1988, p. 180). É por causa dessas especificidades culturais que as “estações de amplificação” acabam por aumentar (amplificação social do risco) ou reduzir (atenuação social do risco) o volume de informação acerca de um evento de risco, aumentar a saliência de certos aspectos de uma mensagem, reinterpretar e reelaborar de acordo com símbolos e imagens disponíveis, conduzindo a interpretações e respostas particulares por outros participantes do sistema social (KASPERSON, X. et al., 2003). A adição ou a subtração de algum símbolo cultural por alguma dessas estações de amplificação pode, portanto, alterar seriamente a atenção pública que virá a ser concedida como um episódio de risco específico (KASPERSON, R. et al., 1988).

A abordagem SARF considera que as “estações de amplificação” podem ser caracterizadas nas nossas sociedades atuais pelos cientistas, instituições de gestão de risco, a mídia, Organizações Não Governamentais (ONGs), líderes de opinião, redes pessoais e grupos de referência e agências públicas (KASPERSON, X. et al.,

⁴ As mensagens **somente** têm significado para o receptor dentro de um contexto sociocultural (Tradução das autoras).

2003, 1988). Essas estações de amplificação transmitem informações acerca do risco através da mídia, redes sociais (ex.: Facebook®, Twitter®), aulas, conferências, além de contatos interpessoais. Entre essas estações de amplificação, estudos recentes têm especialmente explorado de que maneira o volume (LEWIS; TYSHENKO, 2009) e o enquadramento das publicações sobre certos riscos (BURGESS, 2012) influenciam a sua amplificação ou atenuação.

Essas comunicações também frequentemente geram consequências secundárias e terciárias, muitas vezes inesperadas, pois são apenas indiretamente relacionadas com o risco em questão (KASPERSON, R. et al., 1988; KASPERSON, X. et al., 2003). Essas consequências da informação de risco podem se alastrar para muito além da informação inicialmente veiculada e podem incluir efeitos no mercado, exigências para maiores regulações, oposição comunitária (POUMADÈRE; BERTOLDO, 2010) e fuga de investidores (KASPERSON, X. et al., 2003).

Um estudo que ilustra de que forma essa abordagem pode ser utilizada para analisar casos em que os riscos são incertos foi realizado por Burgess (2012) sobre a nuvem de cinzas do vulcão islandês *Eyjafjallajokull* que afetou fortemente o tráfego aéreo na Europa durante várias semanas. Essa análise mostra como os conteúdos das reportagens acerca do vulcão estiveram na base de uma atenuação dos riscos associados à nuvem: além da ausência de acidentes ou consequências maiores, as reportagens se concentraram, sobretudo, na descrição dos impactos econômicos da perturbação do tráfego e no estado atual e perspectivas de evolução da nuvem. Segundo Burgess (2012), as narrativas contemporâneas sobre o risco preveem que ao menos institucionalmente alguém seja responsabilizado. Como este não foi o caso na análise da nuvem vulcânica, o risco não foi amplificado, mas atenuado.

Por mais que a SARF tenha contribuído para a compreensão da evolução das respostas sociais a eventos de risco, questionamentos surgiram a respeito do seu estatuto enquanto teoria (KASPERSON, X. et al., 2003; MACHLIS; ROSA, 1990). Uma teoria exigiria a explicação e o relacionamento entre conceitos, incluindo a especificação de métodos para transformar conceitos abstratos em conceitos empiricamente testáveis (MACHLIS; ROSA, 1990). Considerando a SARF enquanto quadro útil para a compreensão do processo de amplificação do risco que “intervenies between risk and our knowled geof it”⁵ (ROSA, 2003, p. 62), essa abordagem teria, do ponto de vista epistemológico, que ser complementada por uma teoria do conhecimento social. É precisamente nesse ponto que a TRS poderia contribuir enquanto teoria do conhecimento social para a abordagem SARF (BREAKWELL, 2014; BREAKWELL; BARNETT, 2003).

Representações Sociais

Na década de 1960, com a publicação da obra de Moscovici “La psychanalyse, son image et son public”, iniciava-se um novo movimento teórico na Psicologia Social: o estudo das Representações Sociais. Nessa obra, o autor estudou a representação social da Psicanálise para diversos setores da sociedade, tendo como objetivo observar o que acontece quando um novo corpo de conhecimento científico, como a psicanálise, passa a fazer parte do conhecimento leigo (FARR, 1995).

As representações sociais são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, que tem um objetivo prático, e, como tal, concorre para

⁵ Intervêm entre o risco e o nosso conhecimento sobre ele (Tradução das autoras).

construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 22). Trata-se de um tipo de conhecimento do mundo compartilhado, geral e funcional, construído a partir de significações, dando sentido aos eventos novos ou não reconhecidos (JODELET, 1986).

O processo de construção da representação social permite às pessoas interpretarem e conceberem aspectos da realidade para agir em relação a eles, uma vez que a representação toma o lugar do objeto social a que se refere e se transforma em realidade para os atores sociais. Por essa razão, as representações sociais podem servir como guias normativos para a ação dos indivíduos em contextos sociais precisos (BERTOLDO, 2014; MOSCOVICI, 1976).

Diante do desafio de familiarizar-se com objetos sociais ainda não familiares, o pensamento social pode operar de duas diferentes maneiras: através da ancoragem e da objetivação. A ancoragem consiste no processo de classificação e categorização de novas informações sobre um objeto social ainda desconhecido a partir de estruturas de conhecimento anteriormente existentes e partilhadas que podem torná-lo familiar. A objetivação, por outro lado, corresponde à concretização de noções inicialmente abstratas por meio de imagens ou ícones (VALA; CASTRO, 2013).

As Representações Sociais e o Estudo dos Riscos Coletivos

Os riscos sociais são especialmente propícios a estudos de RS, uma vez que são frequentemente associados a novos objetos sociais (BREAKWELL, 2014). Entretanto, a TRS é ainda pouco valorizada nos estudos sobre o risco, tendo em vista que foi desenvolvida no contexto intelectual da Europa (GRUEV-VINTILA; ROUQUETTE, 2007), significativamente diferente do contexto que vigora nos Estados Unidos, berço dos estudos sobre a percepção de risco (BAGGIO; ROUQUETTE, 2006).

A TRS é a teoria do pensamento leigo, ou do senso comum; quando utilizada para compreender teoricamente os fenômenos coletivos de construção de riscos sociais, ela supera as limitações das explicações intra e interindividuais dos fenômenos estudados a partir de paradigmas individualistas (GUARESCHI; ROSO, 2014), como, por exemplo, a abordagem psicométrica. Além disso, a TRS propõe um quadro teórico compreensivo acerca de fenômenos que concernem simultaneamente a todos os diferentes níveis de análise da psicologia social (DOISE, 1982).

Por essa razão, os termos “percepção social do risco” e “representação social do risco” implicam paradigmas epistemológicos distintos dentro da psicologia social (RIJSMAN; STROEBE, 1989). Os dois termos partem de diferentes pressupostos acerca da realidade e implicam diferentes níveis de explicação em psicologia social (DOISE, 1982). A percepção social do risco refere-se aos níveis intra e interindividual, enquanto a TRS problematiza essas mesmas questões também para os níveis posicional e ideológico.

Essa precisão sobre a abrangência epistemológica de cada uma das abordagens apresentadas acima permite melhor perceber de que forma eles podem ser integrados para uma análise mais completa dos riscos coletivos. Breakwell (2014) considera, por exemplo, que a TRS fornece uma teoria explicativa para melhor compreender os fenômenos que são observados e descritos a partir da abordagem psicométrica e da amplificação social do risco (SARF). Mais especificamente, “the genesis of the representation of hazards has significant implications for explanations of

how (risk) intensification or attenuation might work”⁶ (BREAKWELL, 2014, p. 287).

Segundo a teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 1976; JODELET, 2001), a representação somente existe na interação entre um objeto e de um sujeito. Cabe sublinhar que, na teoria, falar de subjetividade remete a uma concepção do indivíduo não enquanto ser isolado, mas como atores sociais caracterizados por filiação social. A inserção dos indivíduos em grupos sociais reporta-se a dois aspectos da vida cotidiana em sociedade: de um lado, a participação em uma rede de interações por meio da comunicação interindividual; de outro, a pertença aos grupos sociais e culturais que definem a identidade (JODELET, 2007; TAJFEL, 1981).

Com base nas representações acerca de um fenômeno, os indivíduos são capazes de avaliar e se posicionar em relação aos riscos. Por exemplo, o estudo de Stedman, Davidson e Wellstead (2004) sobre a percepção dos riscos associados à mudança climática com atores políticos no Canadá revelou que a posição social dos participantes (indústria, universidades, órgãos governamentais ou sociedades ambientalistas) influenciava de modo importante as suas visões do mundo e, conseqüentemente, suas percepções de risco. No entanto, crenças e conhecimentos específicos acerca das alterações climáticas apresentaram pouca influência sobre a sua percepção de risco.

Essas diferenças também foram significativas entre o público leigo e os cientistas. De acordo com o estudo de Lazo, Kinnell e Fischer (2000), o público leigo percebe os impactos da mudança climática como mais devastadores em comparação a os cientistas devido a um desconhecimento presumido a respeito do assunto. Os cientistas associam outras ideias ao fenômeno e acreditam que a mudança climática é menos controlável e compreensível em relação ao público leigo. Dessa forma, levar em conta os riscos sociais e coletivos enquanto objeto de representação social é considerar que os riscos também são um fenômeno socioambiental (BAGGIO; ROUQUETTE, 2006; GRUEV-VINTILA; ROUQUETTE, 2007).

Práticas Sociais e Prevenção de Riscos

O aparecimento de eventos inesperados frequentemente suscita a emergência de novas práticas de adaptação à nova situação que podem tanto ser impostas do exterior quanto autoimpostas pelo próprio grupo (GUIMELLI, 2003). A abordagem estrutural das representações sociais prevê que “agir, ou se deter da ação ao risco depende da força da função prescritiva da representação social do risco, que orienta o comportamento coletivo, tais como se comprometer ao comportamento de mitigação de risco e à ação preventiva” (GRUEV-VINTILA; ROUQUETTE, 2007, p. 572).

O fator que apoia a organização da estrutura de um componente funcional de uma representação social é a frequência das práticas relacionadas aos objetos de representação (GUIMELLI, 1995). Gruev-Vintila (2005) sublinha que para fortalecer aspectos funcionais da representação social se pode aumentar a experiência prática com o novo e objeto como forma de prevenção por meio de treinos e simulações.

Quanto às práticas simuladas, um estudo de Bousfield e Camargo (2011) demonstra a importância do contexto interacional em comportamentos preventivos da

⁶ A criação de representações sociais sobre determinados riscos tem implicações importantes para explicar como funcionam os processos de atenuação ou amplificação desses riscos (tradução nossa).

Aids. Os autores utilizaram duas abordagens diferenciadas para a divulgação do conhecimento científico sobre o HIV/Aids: vídeo informativo e caso simulado. Os resultados revelaram que as condições experimentais ativam elementos diferentes conforme o nível de interação dos indivíduos, ou seja, quanto mais significativas a interação e a discussão sobre o tema aids – envolvendo conteúdos científicos, políticos, éticos e morais em detrimento de conteúdos visando apenas à utilização do preservativo –, mais elementos relacionados à prevenção eram ativados na estrutura da representação social da aids. Essas estratégias agem no que se chama de contexto interacional, o campo de relações entre o indivíduo e o objeto social, em que entra em ação o conhecimento representacional (MOSCOVICI, 2003).

Considerações finais

Como descrevemos ao longo deste capítulo, diferentes abordagens podem ser utilizadas para analisar as respostas coletivas aos riscos. Abordagens mais individualistas como a psicométrica (SLOVIC, 2000) avaliam como é que as atribuições leigas a certos riscos se assemelham ou diferem do perigo que lhes é realmente associado (por exemplo: mortalidade). Além da abordagem psicométrica, a outra abordagem proposta pela escola norte-americana da análise de risco, considerada especialmente integrativa (ROSA, 2003), é a da amplificação social do risco (KASPERSON, R. et al., 1988). Essa abordagem considera que os riscos são de fato socialmente construídos e que alguns deles, como vivemos numa sociedade altamente mediatizada na qual as informações raramente nos chegam em primeira mão, são amplificados enquanto outros são atenuados. Essa abordagem permaneceu, entretanto, bastante descritiva e não chegou a fundamentar uma teoria testável e compreensível dos fenômenos associados aos riscos coletivos (BREAKWELL, 2014). Nesse sentido, as representações sociais surgem como um quadro teórico complementar às abordagens exploradas anteriormente, visto que é capaz de integrar níveis de análise desde o intraindividual até o societal (DOISE, 1982).

Referências

BAGGIO, S.; ROUQUETTE, M.-L. La représentation sociale de l'inondation: influence croisée de la proximité au risque et de l'importance de l'enjeu. **Bulletin de Psychologie**, v. 59, n. 1, p. 103-117, 2006.

BECK, U. **Risk society: towards a new modernity**. London: Sage, 1992.

BERTOLDO, R. **A valorização social do pró-ambientalismo enquadrado por normas formais: uma análise psicossocial comparativa entre Brasil e Portugal**. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Escola de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Universitário de Lisboa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8490/1/PhD_BertoldoR_2013.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BOUSFIELD, A. B. S.; CAMARGO, B. V. O papel da interação na divulgação do

conhecimento científico sobre a aids. **Acta Colombiana**, v. 14, p. 31-45, 2011.

BREAKWELL, G. M. Mental models and social representations of hazards : the significance of identity processes. **Journal of Risk Research**, v. 4, n. 4, p. 341-351, 2001. doi:10.1080/1366987011006273.

_____. **The psychology of risk**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

BREAKWELL, G. M.; BARNETT, J. Social amplification of risk and the layering method. In: PIDGEON, N.; KASPERSON, R. E.; SLOVIC, P. (Ed.). **The social amplification of risk**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 80-101.

BURGESS, A. Media, risk and absence of blame for “acts of God”: attenuation of the European volcanic ash cloud of 2010. **Risk Analysis**, v. 32, n. 10, p. 1693-1702, 2012. doi:10.1111/j.1539-6924.2012.01803.

DEFLEUR, M. L. **Theories of Mass Communication**. New York: D. McKay, 1966.

DOISE, W. **L'explication en psychologie sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

DOUGLAS, M. **Risk and blame-essays in cultural theory**. London: Routledge, 1992.

FARR, R. M. Representações sociais: A teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Ed.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 31-59.

FISCHHOFF, B. et al. How safe is safe enough? A psychometric study of attitudes towards technological risks and benefits. **Policy Sciences**, v. 9, p. 127-152, 1978.

GRUEV-VINTILA, A. **Dynamique de la représentation sociale d'un risque collectif et engagement dans les conduites de réduction du risque**: le rôle des pratiques, de l'implication et de la sociabilité. 2005. Tese (Doutorado) – École doctorale 261, Cognitions, Université Paris Descartes, Paris, 2005.

GRUEV-VINTILA, A.; ROUQUETTE, M.-L. Social thinking about collective risk: how do risk-related practice and personal involvement impact its social representations? **Journal of Risk Research**, v. 10, n. 4, p. 555-581, 2007.

GUARESCHI, P.; ROSO, A. Teoria das representações sociais: sua história e seu potencial crítico e transformador. In: CHAMON, E. M.; GUARESCHI, P. A.; CAMPOS, P. H. (Ed.). **Textos e debates em representação social**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2014. p. 17-40.

GUIMELLI, C. Valence et structure des représentations sociales. **Bulletin de psychologie**, v. 49, n. 422, p. 58-72, 1995.

GUIMELLI, C. Le modèle des schèmes cognitifs de base (SCB): méthodes et applications. In: ABRIC, J. C. (Ed.). **Méthodes d'études des représentations sociales**. Saint Agne: Eres, 2003. p. 119-143.

HERMAND, D. et al. La perception des risques sanitaires "émergents": tabagisme passif, téléphone mobiles, climatisation collective. **Cahiers de Recherches de la Mire**, v. 16, p. 28-32, 2003.

JODELET, D. La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. (Ed.). **Pensamiento y vida social**. Barcelona: Paidós, Psicología Social, 1986. v 2. p. 469-494.

_____. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 187-203.

JODELET, D. Imbricações entre representações sociais e intervenção. In: MOREIRA, A. S. P.; CAMARGO, B. V. (Ed.). **Contribuições para a teoria das representações sociais**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2007. p. 45-74.

KASPERSON, R. E. et al. The social amplification of risk: a conceptual framework. **Risk Analysis**, v. 8, p. 177-187, 1988.

KASPERSON, J. X. et al. The social amplification of risk: assessing fifteen years of research and theory. In: PIDGEON, N.; KASPERSON, R. E.; SLOVIC, P. (Ed.). **The social amplification of risk**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 13-79.

LAZO, K. E.; KINNELL, J. C.; FISCHÉ, A. Expert and layperson perceptions of ecosystem risk. **International Journal Risk Analysis**, v. 20, n. 2, p. 179-194, 2000.

LEPLAT, J. Risque et perception du risque dans l'activité. In: KOUABENAN, D. R.

et al. (Ed.). **Psychologie du risque**: identifier, évaluer et prévenir les risques. Bruxelles: De Boeck Université, 2006.

Lewis, R. E., & Tyshenko, M. G. (2009). The impact of social amplification and attenuation of risk and the public reaction to mad cow disease in Canada. *Risk Analysis*, 29(5), 714–28. <http://doi.org/10.1111/j.1539-6924.2008.01188.x>

LUHMANN, N. **Trust and power**. Chichester: Wiley, 1979.

MACHLIS, G. E.; ROSA, E. A. Desired risk broadening the Social Amplification of Risk Framework. **Risk Analysis**, v. 10, n. 1, p. 161-168, 1990.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: P.U.F, 1976.

_____. O fenômeno das representações sociais. In: _____. (Ed.). **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 29-109.

MOSER, G.; WEISS, K. **Espaces de vie**: aspects de la relation homme-environnement. Paris: Armand Colin, 2003.

PERETTI-WATEL, P. **Sociologie du risque**. Paris: Armand Colin, 2001.

POUMADÈRE, M.; BERTOLDO, R. Risk information and minority identity in the neighbourhood of industrial facilities. **Catalan Journal of Communication and Cultural Studies**, v. 2, n. 2, p. 213-229, 2010. doi:10.1386/cjcs.2.2.213.

RIJSMAN, J.; STROEBE, W. Introduction: the two social psychologies or whatever happened to the crisis? **European Journal of Social Psychology**, v. 19, p. 339-344, 1989.

ROSA, E. A. Logical structure of the social amplification of risk framework (SARF): metatheoretical foundations and policy implications. In: PIDGEON, N.; KASPERSON, R. E.; SLOVIC, P. (Ed.). **The social amplification of risk**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 46-76.

SLOVIC, P. Perception of risk. **Science**, v. 236, p. 280-285, 1987.

_____. Perception of risk. In: _____. (Ed.). **The perception of risk**. London: EarthScan, 2006. p. 220-232. (Original published in 2000).

STEDMAN, R. C.; DAVIDSON, D.; WELLSTEAD, A. M. Risk and climate change: perceptions of key policy actors in Canada. **Risk Analysis**, v. 24, n. 5, p. 1393-1404, 2004.

STERN, P. C. Toward a coherent theory of environmentally significant behavior. **Journal of Social Issues**, v. 56, p. 407-24, 2000.

TAJFEL, H. **Human groups and social categories**: studies in social psychology. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

THE Unknown Known. Direção: Errol Moris. Estados Unidos, 2013. 105 minutos.

VALA, J.; CASTRO, P. Pensamento social e representações sociais. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. (Ed.). **Psicologia social**. 9. ed. rev. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 569-602.